



Autor
Edgar Guimarães

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO DESFAZIMENTO DA LICITAÇÃO

Área específica
Direito Administrativo.

“Ao cabo de suas investigações Edgar Guimarães formula todas as conclusões a que chegou — e são muitas. Algumas merecem especial atenção como aquelas que vão além do que prescreve a legislação ordinária, e que consubstanciam o entendimento de que ‘negar indenização aos licitantes que, de boa-fé, contraíram despesas para participar da licitação e não concorrem de forma alguma para a anulação ou revogação do certame, é tornar letra morta a responsabilidade objetiva consubstanciada no art. 37, §6º, da Constituição Federal’.”

(Márcio Cammarosano)

Áreas afins

Direito Municipal. Direito Constitucional. Direito Econômico. Direito Empresarial. Direito Público..

Público-alvo/consumidores

Todos aqueles que, direta ou indiretamente, se relacionam com a Administração Pública.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 10000489

G963r

Guimarães, Edgar

Responsabilidade da Administração Pública pelo desfazimento da licitação /
Edgar Guimarães ; prefácio Márcio Cammarosano. 1. Reimpressão – Belo
Horizonte : Fórum, 2017.

213 p.

ISBN 978-85-7700-701-1

1. Direito administrativo. 2. Direito municipal. 3. Direito constitucional. 4. Direito empresarial.
5. Direito público. I. Cammarosano, Márcio. II. Título.

CDD: 341.3

CDU: 342.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de
Normas Técnicas (ABNT):

GUIMARÃES, Edgar. Responsabilidade da Administração Pública pelo desfazimento da licitação.
1. reimpr. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 213 p. ISBN 978-85-7700-701-1.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Márcio Cammarosano 13

INTRODUÇÃO 15

CAPÍTULO 1

DISCIPLINA JURÍDICA DAS LICITAÇÕES PÚBLICAS 17

1.1 Aspectos gerais 17

1.1.1 Conceito 19

1.1.2 Natureza jurídica de processo administrativo 20

1.1.3 Finalidades da licitação: tradicionais e contemporâneas 25

1.2 Referenciais normativos 31

1.2.1 Disciplina constitucional das licitações 33

1.2.2 Princípios constitucionais e infraconstitucionais 35

1.2.2.1 Da legalidade 39

1.2.2.2 Da impessoalidade 40

1.2.2.3 Da moralidade e da probidade administrativa 41

1.2.2.4 Da publicidade 42

1.2.2.5 Da eficiência 44

1.2.2.6 Da boa-fé 47

1.2.2.7 Da segurança jurídica 49

1.2.2.8 Da igualdade 52

1.2.2.9 Da participação popular 52

1.2.2.10 Do contraditório e da ampla defesa 54

1.2.2.11 Da razoabilidade 56

1.2.2.12 Da motivação 56

1.2.2.13 Da vinculação ao instrumento convocatório 58

1.2.2.14 Do julgamento objetivo 58

CAPÍTULO 2

CAUSAS EXTINTIVAS DO PROCESSO LICITATÓRIO 61

2.1	Extinção ordinária	62
2.1.1	Homologação e adjudicação	62
2.2	Extinção extraordinária	66
2.2.1	Revogação.....	67
2.2.2	Anulação.....	72
2.2.3	Fracasso.....	76
2.2.4	Deserção.....	81

CAPÍTULO 3

CONTORNOS DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL

DO ESTADO	85	
3.1	Responsabilidade do Estado.....	85
3.1.1	Noção de responsabilidade.....	85
3.1.2	Responsabilidade civil do Estado	86
3.1.3	Conceito de responsabilidade civil do Estado	89
3.1.4	Evolução da responsabilidade do Estado	89
3.1.5	Atual panorama constitucional da responsabilidade do Estado.....	91
3.1.6	Responsabilidade contratual <i>versus</i> responsabilidade extracontratual.....	93
3.1.7	Responsabilidade objetiva <i>versus</i> responsabilidade subjetiva	94
3.1.7.1	Noção de culpa	95
3.1.7.2	Responsabilidade objetiva do Estado.....	96
3.1.7.3	(Im)possibilidade de responsabilidade subjetiva do Estado.....	98
3.1.7.4	Questão da objetivação do elemento subjetivo.....	103
3.2	Exclusão da responsabilidade	107

CAPÍTULO 4

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO DESFAZIMENTO DA LICITAÇÃO

113		
4.1	Fundamento da responsabilidade de indenizar	114
4.2	Culpa <i>in contrahendo</i> no Direito Administrativo	119
4.3	Responsabilidade pré-contratual e princípios fundamentais.....	123
4.3.1	Segurança jurídica	123
4.3.2	Boa-fé.....	129
4.3.3	Proteção à confiança.....	136
4.4	Cabimento da indenização e as causas extintivas da licitação	141
4.4.1	Homologação, adjudicação e o silêncio administrativo	142
4.4.2	Revogação.....	147
4.4.3	Anulação.....	151
4.4.4	Fracasso.....	156
4.4.5	Deserção.....	159
4.5	Desfazimento da licitação e o cômputo do quantum a ser reparado.....	161
4.5.1	Dano reparável.....	161
4.5.2	Interesse negativo indenizável	163
4.5.3	Interesse positivo indenizável	166
4.6	Desfazimento da licitação, indenização e suas consequências.....	169
4.6.1	Controle interno e externo	170
4.6.2	Direito de regresso	175
4.6.3	Caracterização de improbidade administrativa.....	180
4.6.3.1	Papel da culpa na formação do ato de improbidade	183
4.6.3.2	Desfazimento da licitação e a constituição de ato de improbidade.....	189

CONCLUSÕES.....	191
-----------------	-----

REFERÊNCIAS.....	205
------------------	-----